



AGROCOMBUSTÍVEL, TRABALHO E TERRITÓRIO, NO ESTADO DO ACRE*

José Alves¹

UNESP/Presidente Prudente

Antonio Thomaz Junior²

UNESP/Presidente Prudente

INTRODUÇÃO

A expansão dos agrocombustíveis pelo território nacional deve ser analisada com base na dinâmica de acumulação do capital nesta fase de reestruturação produtiva, que em suma revela seu próprio processo de crise estrutural neste início de século. Nesse sentido, Thomaz Junior (2009) destaca, no projeto do capital, dois aspectos com consequências significativas no momento atual para a classe trabalhadora, sendo de um lado, a precarização, dilapidação e a (des)efetivação da forma humana envolvida nas diferentes formas de expressão do trabalho, e por outro, a degradação crescente e sem limites ao meio ambiente, que afeta a relação metabólica entre homem e natureza.

O segundo ponto nos chama a atenção pelas formas de apropriação, mercantilização e degradação da natureza em vários biomas brasileiros colocados em prática pela inserção do Brasil na atual Divisão Internacional do Trabalho (DIT), na qual os imperativos do agronegócio, dos agrocombustíveis tomam ares de alternativa às crises internacionais, devido ao seu peso na balança comercial, na composição do supervit primário, além do discurso de ajuda no combate ao aquecimento global defendido pelo Brasil em escala internacional.

É neste contexto que procuramos elencar algumas questões pautadas no tema da territorialização dos agrocombustíveis e na mediação do discurso do

* Este texto apresenta reflexões iniciais extraídas do projeto de pesquisa de doutorado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Junior.

¹ Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC); doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT). Bolsista Pró-Doutoral no período de março de 2010 a setembro de 2011.

² Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT//UNESP/Presidente Prudente. Pesquisador PQ/CNPq; Coordenador do CEGeT.

desenvolvimento sustentável enquanto forma de controle para a gestão do território, da natureza e do trabalho no estado do Acre.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO

O momento presente demonstra como nunca a face devastadora dos imperativos do capital, especialmente à classe trabalhadora, não só nos países ditos em desenvolvimento/subdesenvolvidos como nos países desenvolvidos. Suas mazelas, no seu processo de desenvolvimento desigual e combinado, apresentam mecanismos de exploração antes reservados ao chamado fordismo periférico, que com a globalização econômica, também foram empregados pelo capital nos países centrais.

No caso do Brasil os impactos da crise estrutural do capital são ainda mais perversos, tendo em vista sua dinâmica socioespacial de capitalismo tardio, e a forte ofensiva sobre os trabalhadores, na cidade e no campo, bem como os mecanismos destrutivos empregados pelo grande capital na lapidação da natureza como condições para o processo de reprodução e de acumulação capitalista.

Chesnais (1997) ao analisar o capitalismo do fim do século, em sua fase de mundialização, nos instiga à reflexão ao afirmar que a angústia vivida pelas grandes massas, não só dos países em desenvolvimento, mas no mundo todo, vem da constatação pela classe operária, da juventude e das massas oprimidas, da degradação das suas condições de existência. Tais questões devem ser compreendidas não pela apologia cínica dos benefícios da globalização às sociedades e territórios, aos trabalhadores, e sim no contexto da dinâmica do processo desigual e contraditório de sua reprodução, com intermediações do Estado, mas também no processo da luta de classes.

Portanto, se fizermos um recorte do movimento de acumulação do capital, após a década de 1970, podemos identificar que os mecanismos de regulação do regime de acumulação fordista-keynesiano sofreram profundas alterações tendo em vista o aprofundamento das crises conjunturais, resultado da própria “crise estrutural do capital”. Os mecanismos políticos de liberalização, desregulamentação e privatização adotados pelos Estados capitalistas, tendo como liderança os EUA e a Inglaterra, permitiram ao capital a liberdade necessária para a égide do capital financeiro, na sua forma parasitária rentista, intensificando as instabilidades em escala planetária.

O entendimento da crise instalada, longe de ser passageira, é analisado por Mészáros (1997) como uma crise estrutural, na qual o Estado e o sistema de monopólios passaram a exercer a função de reguladores das contradições do sistema do capital na sua variante imperialista. Entretanto, no projeto

universalizador do capital este não consegue romper com as contradições intrínsecas a sua lógica, como o antagonismo entre capital e trabalho, bem como a dificuldade de constituir um Estado de comando do sistema do capital, visando superar os antagonismos entre Estados nacionais, pois na fase atual o imperialismo estadunidense que tenta se impor também coloca-se como fatal.

Como saída à crise posta o receituário neoliberal prega a flexibilidade, a intensificação da exploração do trabalho, o desmonte da organização sindical e dos direitos dos trabalhadores que são bombardeados. De tal modo, se no avanço do desenvolvimento tecnológico a extração da mais-valia relativa tornou-se cada vez mais ampliada, no contexto atual, da precarização do trabalho, observa-se a “tendência extremamente significativa e de longo alcance: a volta da mais-valia absoluta em um grau crescente nas sociedades de ‘capitalismo avançado’ durante as últimas décadas”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 152).

Thomaz Junior (2009a), em “Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI”, discute teórico-metodologicamente a geografia da estrutura societária do trabalho, enfocando que o processo de reestruturação produtiva do capital em escala global tem sérias consequências no âmbito do trabalho, no Brasil, o que remete a alterações no espaço e no território, em diferentes escalas geográficas.

Tomando como base que “[...] pela insistência da mobilidade espacial que o capital busca a superação da crise” (THOMAZ JUNIOR, 2009b, p. 183), a tentativa é compreender a dinâmica territorial do capital e do trabalho enquanto processos reveladores das conflitualidades entre capital e trabalho no contexto da luta de classes. Em outras palavras, contribui à análise da dinâmica territorial do trabalho e suas diferentes formas de expressão, de (des)realização e de (des)pertenciamento, bem como do trabalho como conceito central na relação ontológica entre homem e natureza. Tal territorialidade pode ser compreendida como expressão da materialidade das relações de poder intrínsecas à espacialidade humana na sociedade capitalista.

Sem entrar no debate a respeito da problemática do trabalho - de sua centralidade no momento da “crise do trabalho abstrato”, das modalidades de informalidade no mundo do trabalho, da mobilidade de capitais do setor produtivo para a esfera financeira, da concentração de capitais via fusão/concentração, etc., - para o momento vale lembrar os impactos da inserção do Brasil na esfera do capital globalizado. Tais impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho são compreendidos nos seguintes resultados:

[...] 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado,

‘terceirizado’; 4) verifica-se, também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, ‘terceirizado’, sub-contratado, part-time, etc.; 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e ‘velhos’ (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas. (THOMAZ JUNIOR, 2009, Vol. 2, texto 4, p. 54).

Pois, como é de conhecimento, no Brasil tais processos atingiram maior significado na década de 1990, tendo em vista o papel do Estado atrelado aos comandos dos organismos internacionais como o Banco Mundial, o FMI, a OMC, bem como a competitividade e concorrência intercapitalista, na qual a sociedade e o território nacional passam a se inserir de modo mais intenso na esfera do capital globalizado. Vejamos alguns elementos para o setor do agronegócio.

AGRONEGÓCIO/AGROCOMBUSTÍVEIS

O debate acerca do agronegócio e agrocombustíveis é de extrema importância, pois presenciamos processos contraditórios no campo brasileiro intrínsecos à lógica de acumulação do capital, e refletir sobre é condição necessária para repensar a sociedade brasileira atual.

Tomando como recorte espaço temporal a sociedade brasileira pós segunda metade do século XX, identificamos o movimento contraditório em que a questão agrária toma o centro das atenções, tanto no âmbito social, como acadêmico e político. Debruçado sobre o tema Fernandes (S.d) demonstra que a questão agrária não deve ser tratada como uma crise agrária conjuntural, mas sendo uma questão estrutural do capitalismo, repleta de contradições e de desigualdades. Portanto, não podemos falar de agronegócio, em escala nacional, sem atrelá-la às ações do Estado e do capital para o processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira e suas relações com os processos industriais, o que se verificou de forma mais latente no pós década de 1970.

Com o crédito farto (Sistema Nacional de Crédito Rural) manteve-se e aprofundou-se a concentração de terras e as desigualdades no campo. Modernizaram-se alguns setores da produção agrícola, constitui-se o setor

industrial e de comércio que forneceram insumos para os negócios da agropecuária, como fabricante de fertilizantes, defensivos químicos, maquinários etc. Esse quadro estruturou-se pelo modelo da chamada Revolução Verde, com a articulação da agricultura e indústria de modo que pressionaram os grandes e médios produtores para se inserirem cada vez mais na dinâmica do capital agroindustrial. Tentou-se com isso transformar o latifúndio em empresa agrícola, e inserir o pequeno produtor nas cadeias agroindustriais, a partir dos processos de parcerias com as agroindústrias processadoras.

A modernização e a industrialização da agricultura constituíram os Complexos Agroindustriais (CAIs). A idéia de agribusiness não apenas ressaltou os vínculos intersetoriais existentes (por isso sua tradução como complexos agroindustriais ou CAIs), mas colocou a produção agrícola como parte de um sistema de commodities mais amplo, demonstrando suas relações com o mundo dos grandes negócios³.

No Brasil, a constituição dos CAIs ocorreu no período entre 1965 a 1980, no qual a agricultura completou um ciclo de modernização técnica e de crescimento. Entretanto, conforme Delgado (2010) houve um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe para o seu “abrigo” as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial.

Esse processo pode ser compreendido no bojo da política dos governos militares em tornar a agricultura competitiva e que permitisse cumprir algumas funções na economia (estabilidade de preços, do salário real e do superávit comercial externo), atrelando-a a economia industrial e urbana, como também com o setor externo. O período pós-regime militar mostrou o esgotamento de um ciclo de crescimento econômico, e a crise que se instala a partir de então vai demarcar novos arranjos da ordem econômica e política nacional, fazendo com que a questão agrária nacional fosse submetida ao processo de “ajustamento constrangido” (DELGADO, 2010), constituído por restrições de ordem externa e interna, responsáveis por ajustes macroeconômicos que buscaram equacionar o endividamento externo.

Deste modo, o enfrentamento da crise da dependência externa, requereu a participação do setor agrícola e das cadeias agroindustriais à geração de saldos comerciais e “a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta a

³ Conforme Silva (1998), o termo agribusiness, nos Estados Unidos, dos anos 1950, fora inserido como forma de ampliar a visão da agricultura que não poderia ser fechada simplesmente no setor primário devido as suas mediações com a indústria e o comércio agroindustrial. O referido termo fora cunhado por J. H. Davis, em 1955, como “a soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados” (apud SILVA, 1998, p. 65).

ser prioridade da agenda política macroeconômica externa e da política agrícola interna” a partir de 2003/05. (DELGADO, 2010, p. 93).

É nessa nova roupagem de uma agricultura tecnificada, moderna e responsável pelos saldos de exportação da economia brasileira, que o agronegócio propaga-se como modelo prioritário para o campo brasileiro.

Vejamos a definição de agronegócio da Associação Brasileira de Agribusiness apresentada por Souza e Conceição (2008, p. 105):

O enfoque do agronegócio é essencial para retratar as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira, nas últimas décadas, período no qual o setor primário deixou de ser um mero provedor de alimentos in-natura e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade, integrada aos setores industriais e de serviços. Hoje, os principais insumos da agropecuária, tais como fertilizantes, defensivos, rações, combustíveis e outros, e a maquinaria utilizada (tratores, colheitadeiras e outros equipamentos), são predominantemente provenientes de setores industriais, especializados em produtos para a agropecuária. Da mesma forma, os produtos de origem agropecuária destinam-se crescentemente, as agroindústrias especializadas no processamento de matérias-primas e de alimentos industrializados, consumidos no mercado interno urbano e exportados.

Para Fernandes (S.d) o agronegócio se consolida nas décadas de 1980/90 embora suas origens remontem as décadas de 1940/50 configurando um arranjo nos quais as corporações estão organizadas em conjuntos de sistemas que controlam as commodities, sendo que algumas corporações controlam todos os sistemas ou a maior parte deles. O complexo do agronegócio é visto pelo autor como um conjunto de sistemas agrícola, industrial, comercial, financeiro e tecnológico, tendo como âncora de sustentação um sistema ideológico que tenta convencer a sociedade da sua importância.

É esse controle do capital no campo que permite compreender a associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Esta associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, em busca do lucro e da renda da terra, sob o patrocínio político do Estado, afirma Delgado (2010, p. 93). O processo de mediação da produção e reprodução do capital no campo brasileiro

não pode ser visto sem o entendimento das mediações do Estado para que o capital nacional e internacional siga seu processo de territorialização e subordinação do trabalho e da terra aos seus ditames.

Essa lógica de inserção do Brasil na economia mundial reflete, entre outros pontos, a necessidade de exportações do agronegócio e dos produtos do parque industrial instalada no país, que permitem o crescimento das exportações ano após ano, condição para a entrada de dólares na economia nacional direcionados, em parte, para o pagamento crescente da dívida externa. O quadro desmitificado das benesses do agronegócio nacional mostra que o setor financeiro internacional acaba se beneficiando com os juros pagos, bem como, os capitalistas nacionais e internacionais aumentam seus lucros com o crescimento das exportações (OLIVEIRA, 2003).

Conforme Teubal (2008) os programas de ajustes estruturais colocados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial aos países latino-americanos, decorrente do neoliberalismo econômico, foram severos para tais sociedades, pois abriram caminho para o processo de globalização que afeta as agriculturas e os sistemas agro-alimentares nesses países. “Trata-se de processos relacionados à consolidação de um sistema agro-alimentício ou agroindustrial mundial sob a batuta de grandes empresas multinacionais agro-alimentícias, ou seja, os agronegócios (agribusiness)”. Conseqüentemente, a intensificação do domínio do capital no campo direciona a produção agropecuária para o mercado (em especial o externo), em detrimento ao consumo local ou nacional.

No Brasil, a atenção dos governos ao agronegócio é um processo preocupante, devido a sua influência nas políticas agrícola/agrária do país. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2009) apresenta as Projeções do Agronegócio para o período de 2008/09 a 2018/19, destacando que “os produtos mais dinâmicos do agronegócio brasileiro deverão ser: soja, milho, trigo, carnes, etanol, farelo de soja, óleo de soja e leite. Esses produtos indicam elevado potencial de crescimento para os próximos anos”. É diante desse cenário de fortalecimento do agronegócio em escala global, nacional e regional, que um segmento do capital direciona-se para o setor de biocombustíveis, tendo em vista a crise energética mundial, desencadeada na década de 1970, após a primeira crise do petróleo (1973).

Essa crise energética permite também uma maior atenção a outras crises estruturais do sistema capitalista, intrínsecas à sua própria lógica de reprodução. Sobre o tema Dominguez (2010, p. 03) assinala que no final do século passado e início do século XXI há um conjunto de problemas globais que afetam a esfera econômica, política e social da comunidade global. Estas “ameaças globais” se desenvolvem simultaneamente e interagem entre si afetando várias esferas da sociedade. Para o autor tais ameaças, ou crises internacionais, podem ser resumidas em três, sendo: a) problemas energéticos vinculados a crise energética;

b) problemas climáticos vinculados ao aquecimento global; e, c) problema de segurança alimentar.

Os impactos gerados pelas crises financeira, energética, alimentar e climática, impõem as sociedades a necessidade do enfrentamento, que não pode ser encontrado nas fórmulas mitigatórias propostas pelas organizações Multilaterais, como o Banco Mundial, FMI, Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como pela própria lógica do sistema do capital.

Os problemas colocados às sociedades e governos mostram que a crise energética faz parte de contradições mais profundas que nos revelam o próprio sistema do capital. Porto Gonçalves (2006) demonstra que o modelo ocidental baseado na sociedade do capital e suas formas de colonialidade impõem à sociedade, ao ambiente e ao território formas perversas de exploração. Ratifica que o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento sempre crescente da demanda por recursos naturais, e quanto mais há desenvolvimento tecnológico mais há uma ação sobre os recursos enquanto forma de novas possibilidades de acumulação.

Nesse sentido, evidenciam-se conflitualidades entre projetos territoriais atrelados ao agronegócio/agrocombustíveis e projetos demandados por sujeitos sociais que apostam na soberania alimentar e em formas emancipadas como estratégias de luta; portanto, princípios diferenciados quanto às formas de organização. Essas conflitualidades são produzidas pelas contradições resultantes das relações sociais que criam espaços e territórios heterogêneos, conforme enfatiza Fernandes (s/d) e Thomaz Junior (2006).

Bruno (2008) ressalta que ao tratar de conflitualidades geradas a partir destas relações contraditórias entre grandes proprietários de terras e empresários do agronegócio, de um lado, e trabalhadores rurais sem terra, agricultores familiares e seus mediadores, de outro, podemos elencar inúmeras possibilidades resultantes destas interações. Dentre as conflitualidades apresentadas pela autora destacam-se a problemática dos transgênicos, que para o agronegócio seria o setor de ponta para a produção e produtividade no campo, no qual a biotecnologia seria o elemento fundamental para os avanços na produção de alimentos. Outro ponto seria o discurso das lideranças patronais e do agronegócio em defesa da responsabilidade social do empresariado com os trabalhadores e pelo fim da pobreza, frente às denúncias de trabalho escravo e degradação das relações laborativas em tais atividades. Um terceiro ponto de tensão refere-se a agricultura empresarial como modelo único, e não uma agricultura camponesa/familiar. A proposta seria incorporar setores dessa agricultura ao padrão empresarial via sistema de integração.

Portanto, a partir destas conflitualidades, ou melhor, discursos demonstrados por Bruno (2008) deixa nítido que o agronegócio tenta se colocar como única possibilidade para os problemas da agricultura, que além de proporcionar a

reprodução do capital leva em consideração os fatores sócio-ambientais como elementos estratégicos. É neste ponto que nossa discussão se debruça, ou seja, de entender o agronegócio/agrocombustíveis a partir das conflitualidades sócio-ambientais geradas por este modelo, bem como os impactos dessas ações sobre o trabalho, o ambiente e os movimentos de resistência diante desse modelo imposto pelo capitalismo.

A FAO (2008) no documento *El estado mundial de la agricultura y la alimentación* apresenta uma seção dedicada aos biocombustíveis com ênfase nas perspectivas, riscos e oportunidades para esse início de século XXI. De modo geral, pode-se dizer que o enfoque apresentado é a estruturação do mercado de agrocombustíveis como forma de mitigar os impactos na crise energética mundial diante da dependência do modelo fossilista, em especial do petróleo. A busca de fontes alternativas como o etanol é colocado como um aspecto importante para a saída não só da crise energética, mas também para outras ameaças globais, como o aquecimento global e as mudanças climáticas⁴, além de ser uma alternativa aos agricultores para o desenvolvimento rural.

Segundo o documento citado, o etanol produzido no Brasil a partir da cana-de-açúcar, tem custo de produção mais baixo entre os países que produzem agrocombustíveis em larga escala, já que em geral os biocombustíveis não podem competir sem subsídios com os combustíveis fósseis derivados do petróleo. Assim, “la competitividad puede cambiar en consonancia con las modificaciones de los precios de las materias primas y la energía, y el desarrollo de la tecnología. En la competitividad influyen también directamente las políticas aplicadas”. (FAO, 2008, p. 60).

A importância assumida pelo etanol brasileiro no contexto internacional, diante da crise energética, tem levado a um processo de expansão desta atividade no território nacional, tendo como base ser este um modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, inclusive para a Amazônia.

O ESTADO DO ACRE E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL CANAVIEIRO PARA A PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEL

Compreender como a Amazônia Sul-Occidental Acreana se insere na divisão nacional e internacional do trabalho, referente a demanda dos agrocombustíveis, torna-se questão importante frente aos processos destrutivos que esta região

⁴ “Efectivamente, aunque el uso de la bioenergía presenta ventajas para el medio ambiente, su producción también puede causar daños ecológicos. Los efectos de la expansión de la producción de biocombustibles para los recursos de tierras y aguas y para la biodiversidad son objeto de una atención cada vez mayor, al igual que la cuestión de cómo garantizar su sostenibilidad ambiental”. (FAO, 2008, p.22).

está sendo exposta pelas ações galopantes de territorialização do capital em suas várias faces.

Também podemos citar a forte investida do Governo federal em projetos na geração de energia hidroelétrica onde a Amazônia entra em cena com a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte e as do Complexo Hidroelétrico Madeira, como Santo Antonio e Jirau. Segundo informações da Eletrobrás Furnas⁵ as Usinas Hidroelétricas do rio Madeira “fazem parte de um grande projeto para o desenvolvimento sustentável da região, integração nacional e para a melhoria de vida das populações de Rondônia, Acre, Amazonas e Mato Grosso”. A UHE de Santo Antônio terá capacidade de gerar 3,150 mil megawatts (MW) e a UH de Jirau 3.300 megawatts (MW)⁶, com investimentos previstos só em Santo Antônio de R\$ 9,5 bilhões, e para Jirau já na faixa de R\$ 13 bilhões.

Projetos dessa magnitude envolvem fortes ações do capital, como a “guerra”⁷ entre as construtoras Odebrecht e Camargo Corrêa para a construção das usinas que primam por lagos mais extensos, ao contrário dos previstos nos projetos, pois: “Eles aumentam a segurança energética do País”, segundo Marco Bucco, da Camargo Corrêa, em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo⁸.

A dinâmica do agronegócio em diferentes biomas brasileiros, a ação do Estado no fortalecimento dos agrocombustíveis, na instalação de projetos de usinas hidroelétricas e outras grandes obras de infraestrutura na Amazônia, o pacto com o grande capital nacional e internacional, bem como com as grandes construtoras, nos chama ao debate para a problemática não somente da concentração de terra e riqueza, mas para o monopólio e mercantilização da água em prol do processo de acumulação do capital, respaldados pelo discurso do desenvolvimento econômico nacional.

Portanto, as disputas e os conflitos em torno do “território” do “Polígono do Agrohidronegócio” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 308), oferecem condições de um rico debate para a compreensão da “nova divisão territorial do trabalho, no Brasil,

⁵ Disponível em: < http://www.furnas.com.br/negocios_novos_projetos_07.asp>. Acesso em: 16/08/2010.

⁶ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080316/not_imp141114,0.php>. Acesso em: 16/08/2010.

⁷ “O pivô da disputa entre as construtoras é o fato de a Odebrecht estar associada à estatal elétrica Furnas para disputar o leilão de concessão das duas usinas do Madeira, previsto para outubro [2009]. Em jogo está um negócio avaliado em pelo menos US\$ 13 bilhões, valor estimado inicialmente para erguer as duas hidrelétricas, com potência para gerar 6,4 mil MW de energia a partir de 2012.” Conforme a matéria “Veja as principais questões que envolvem as hidrelétricas do Rio Madeira - 28/08/2007”. Disponível em:

<<http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=251820#impact>>. Acesso em: 17/08/2010.

⁸ Ver nota 05.

e toda a ordem de desdobramentos para a luta de classes e para as ações políticas em torno da Reforma Agrária, da Soberania Alimentar e Energética etc., sendo, pois, a água empregada ao campo de disputa e de domínio de novos territórios”.

Thomaz Junior (2009, p. 265) ao analisar a dinâmica territorial do capital no território brasileiro, demonstra uma “nova geografia”, que se territorializa nas novas pastagens no Nordeste e Norte do país, na continuidade da soja para áreas do cerrado, na expansão dos canaviais e das plantas processadoras no Centro-Oeste, na Amazônia, mas fundamentalmente no Centro-Sul do País. Tais processos são fortemente atrelados ao discurso do moderno e do tecnificado para “o desenvolvimento social e econômico e abertura de postos de trabalho”.

A importância assumida pelo etanol brasileiro no contexto internacional, diante da crise energética, tem levado a um processo de expansão desta atividade no território nacional, tendo como base ser este um modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro incentivado pelo Estado.

Em tal contexto, segundo Thomaz Junior (2007, p. 18):

O que apreendemos é que a demanda mundial crescente por agrocombustíveis é seguida pari passu pela intenção da burguesia de contribuir para a diminuição das emissões de gás carbônico, na atmosfera, além de minimizar os efeitos do aquecimento do planeta, fazendo com que o novo negócio em torno da temática energética seja secundarizado e, com isso, passando uma falsa idéia sobre os reais interesses de participar do processo, denominado por Carvalho (2007) de avalanche verde imperialista, colocando em risco a essência da soberania alimentar e política brasileira. (Grifo no original).

Isso leva a adotar a metáfora “agronegócio alcoolizado”, que pode ser vista como mobilizadora do que viria a ser uma “nova divisão do espaço produtivo e do mercado nacional e mundial do álcool, ou uma redivisão territorial do trabalho, com amplitude global e consequências regionais de significativa monta”. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 276).

A dinâmica territorial de expansão do “negócio-agro-sucro-energético” no Brasil também é analisada por Oliveira (2009) ao debater as principais frentes e os mecanismos empregados pelo capital e Estado (“Estado parceiro”) para que esse modelo de agricultura se legitime cada vez mais. Para a autora, as terras do

Centro-Sul, especialmente do Triângulo Mineiro, Centro-sul do Mato Grosso do Sul, Sul-Sudeste de Goiás, Noroeste do Paraná e Oeste Paulista, bem como mais recentemente o Norte do Espírito Santo, foram apontadas pelos grupos/empresas nestas áreas como as que oferecem melhores condições para a expansão da cana-de-açúcar. Entre as condições favoráveis de atração a autora destaca: boas condições pedológicas, com terras férteis; relevo com baixa declividade, favorável ao processo de mecanização; condições climáticas propícias; disponibilidade de terras para o arrendamento a preços mais baixos que nas áreas tradicionais; questão de infraestrutura e de logística com o mercado consumidor como estradas, portos, ferrovias; isenção de impostos de 5 a 10 anos; perspectiva para a exportação, tendo o Japão um dos destinos da produção.

Essa dinâmica territorial do capital agroindustrial canavieiro permite visualizar não só os investimentos de grupos tradicionais do nordeste, mas também de áreas consolidadas do estado de São Paulo para essas “novas frentes”. Além disso, Oliveira (2007, p. 55) apresenta uma análise do processo de concentração do capital agroindustrial canavieiro via fusões e/ou aquisições, informando que de 1997 a 2001 ocorreram 24 processos de fusão e aquisição no setor canavieiro da região Centro-Sul.

Outro ponto que merece destaque, refere-se a participação de capital estrangeiro no setor, a partir de 2000, com o grupo Louis Dreyfus, Tereos (ex-Beghin-Say), Cargil, Adeco Agropecuária (Argentina), os fundos de investimento Infinity Bio-Energy. Thomaz Junior (2007, p. 14) também destaca a ação de grandes grupos nacionais que passa a se interessar pelo setor, como Bradesco, Petrobrás e as organizações Odebrecht.

Nos últimos anos, o processo de expansão da agroindústria canavieira e dos canaviais e a centralização de capitais, no setor, conheceram mais visibilidade, devido especialmente às atenções voltadas para o álcool, no mercado internacional, e pela entrada dos investimentos transnacionais. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 14).

O fortalecimento do complexo agroindustrial canavieiro tem muitos desdobramentos, pois constata-se o fato da cana-de-açúcar substituir áreas até então ocupadas por outras culturas. Tomando como referência o levantamento da CONAB (apud OLIVEIRA, 2009, p.57), identifica-se a substituição de 110.447 ha de soja, 32.211 com milho, 30.796 com laranja e 38.897 com outras culturas dando lugar as plantações de cana-de-açúcar. “Nesse contexto expansionista muitas terras antes destinadas à pecuária extensiva, soja (Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais), laranja (São Paulo, por exemplo) e outras culturas, têm sido substituídas pelo cultivo da cana-de-açúcar”.

A relação entre a substituição da cana-de-açúcar pelas áreas até então ocupadas pela pecuária confirma um processo de legitimação de que em áreas já “degradadas”, ou com baixa rentabilidade, o arrendamento torna-se uma saída para

o proprietário de terras, tendo em vista a possibilidade de auferir mais renda que outros usos. “Isto abre precedente para uma questão de cunho ainda maior, e que está gerando controvérsias em escala nacional e internacional, que é justamente o fato dessa expansão avançar sobre as áreas destinadas ao cultivo de frutas e de outras culturas (milho, soja, algodão etc.), ameaçando assim a segurança alimentar.” (OLIVEIRA, 2009, p. 62).

Portanto, o tema da expansão dos agrocombustíveis pelo território nacional coloca em evidência os elementos de controle que o capital tem a disposição para uma maior concentração, exploração e degradação do meio ambiente em vários biomas. Além disso, Oliveira (2007, p. 67) também chama a atenção para os reflexos da territorialização do capital canavieiro sobre o trabalho, tendo em vista que com os fluxos de capitais vinculados à produção agroindustrial canavieira de regiões tradicionais como o Nordeste para o Centro-Sul há também alterações sobre a dinâmica do trabalho. Assim, “a mobilidade do trabalho está acompanhando o movimento do próprio capital em direção a outros estados do Centro-Sul e do Nordeste”.

Esse movimento pode ser interpretado pelo agenciamento de trabalhadores do Nordeste para os canaviais paulistas, Sul-mato-grossense, por exemplo, tendo em vista os elevados índices de produtividade desses trabalhadores, que acabam ficando a mercê dos agenciadores, das agroindústrias, do descumprimento das leis trabalhistas, da falta de ação de sindicatos da categoria, e da super exploração do trabalho tendo em vista as metas de produção do corte da cana-de-açúcar/dia em torno de 14 toneladas/homem (AZEVEDO, 2008).

Além disso, a dinâmica de reestruturação produtiva do capital e seus impactos na nova divisão territorial do trabalho, como a ação de grandes grupos atuando em oligopólios, como o agro-químico-industrial-financeiro, acaba impondo aos trabalhadores uma lógica perversa, apesar de não ser nova, de controle e de precarização das relações estabelecidas no processo laboral. A respeito, a citação a seguir ilustra os mecanismos perversos de exploração do trabalho.

É fato comprovado que um trabalhador que corta hoje 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho, o faz à base de 370.000 golpes de podão e 37.000 flexões nas pernas, para golpear a gramínea, caminha quase 9000 metros, carrega nos braços as 12 toneladas de cana, em montes de 15 quilos cada um, completando 800 trajetos. Nesse esforço, perde, em média, de 7 a 9 litros de água por jornada, freqüentemente sob sol forte das áreas canavieiras do Brasil e de São Paulo, e, quando conta com EPI's adequados, tem maior desconforto térmico, porque tem aumento significativo de sua temperatura corporal, e, quando não conta, vivencia com a própria sorte outras mazelas, como picadas de cobras, cortes nos pés, pernas e ferimentos nos braços, sem contar que, seja como for,

não está imune à influência da poeira, da fuligem. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 15)⁹.

Esta análise sobre os impactos socioambientais decorrentes do agronegócio (agrocombustíveis) não é colocada na pauta pelos governos, ao contrário, procura-se passar que a expansão desse modelo de agricultura trará desenvolvimento e geração de emprego e renda para as populações onde tais empreendimentos se territorializam.

A Álcool Verde no estado do Acre

No caso do estado do Acre observa-se, desde 1995, uma política governamental de agregar valor aos produtos regionais, e para isso a agroindustrialização seria uma saída importante para o projeto oficial do governo da Frente Popular (Coligação comandada pelo PT no governo no estado do Acre). Esse processo apesar de ainda não ser visto de forma intensiva e nos moldes dos estados do Centro-Sul, ou em outros estados da Amazônia, a exemplo de Rondônia e Mato Grosso, merece atenção.

Para a realidade em questão, a política vai ao encontro com a bandeira do incentivo ao agronegócio e cadeias produtivas vinculadas à geração de “valor”, apesar das suas particularidades atreladas ao chamado desenvolvimento sustentável. Essas políticas, que visam à articulação da produção agropecuária ao capital agroindustrial, permitem visualizar o cenário das políticas de desenvolvimento regional adotadas pelo Estado nessa escala espacial, bem como, inseri-la na dinâmica de expansão do agronegócio canavieiro de regiões tradicionais, como Nordeste e Sudeste, para outras localidades do território nacional, como a região Amazônica, fato negado pelo governo Federal.

Portanto, em 2005 constatou-se um esforço do Governo estadual em reativar o antigo projeto Alcolbrás, vinculado ao Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), criado no final da década de 1980 para produzir álcool combustível, localizado na Fazenda Campo Grande, zona rural, no município de Capixaba/AC. Fundou-se a partir de então a Álcool Verde, tendo a frente o Grupo Farias, do estado de Pernambuco, dono de 70% do capital do projeto; empresários locais detêm 25%, o que totaliza 95% constituindo a Companhia Acreana de Participações (CAP), sob controle do Grupo Faria, e o governo do estado do Acre participa com os 5% restante.

⁹ Completa o autor: “O destrutivismo desse processo se completa, quando os estudos sinalizam que, cortando de 12 a 15 toneladas de cana-de-açúcar por dia, a vida útil do trabalhador não ultrapassa 12 anos, ou 40% menos, se comparada ao ritmo e à sociabilidade do período colonial, quando a vida útil do escravo cativo atingia, em termos médios, 17 anos”. (THOMAZ JUNIOR, 2007, p. 22)

O interesse do setor privado pelo empreendimento, que se localiza muito distante dos centros avançados em cultivo e colheita da cana-de-açúcar do País, está no abastecimento do mercado local de álcool, que absorverá em média 30% da produção prevista em safra plena de 1,5 milhão de toneladas de matéria-prima, além de atender o mercado regional amazônico. Outra meta da empresa é atender o mercado internacional, tanto da Bolívia e do Peru, que com a Rodovia Transoceânica Brasil-Peru, ficará mais fácil e viável inclusive exportar para o Japão.

A usina optou por utilizar o arrendamento de áreas destinadas à pecuária, fato que legitima o cultivo de cana-de-açúcar na região Amazônica, tendo em vista que a substituição das pastagens constitui-se um processo facilitador para a apropriação de terras já ocupadas “antropizadas” e prontas para uso mais intensivos. De modo geral, as ações da usina estão na fase de estruturação com uma área plantada, inicialmente, em torno de 1.800 ha, do total de 2.400 ha de terras arrendadas (ano de 2009). A área do parque agroindustrial é de cerca de 120 ha, também pertencente ao estado do Acre, pois o Grupo Farias não adquiriu terras na localidade.

Segundo informações do representante da usina, as terras arrendadas são propícias para o cultivo da cana-de-açúcar. “O Grupo fez um estudo das atividades econômicas, realmente o local era excelente para o cultivo da cana-de-açúcar os melhores solos da região pegando o Alto Acre [...] realmente o solo é muito propício para se trabalhar com a cana-de-açúcar”. (Entrevista com Elânio Pereira da Silva).

O que é interessante para a empresa é sempre trabalhar com uma área agricultável, totalmente plana, porque vamos trabalhar no processo mecanizado, nós não vamos trabalhar o corte, a colheita da cana com mão-de-obra. A mão-de-obra nossa vai ser toda mecanizada (sic), não vai ter aquele trabalhador rural, cortador de cana. Vai ser toda nossa colheita, a gente diz toda, mas normalmente não é toda, sempre tem algumas áreas que a máquina não consegue e o cidadão vai ter que ir lá para o mínimo, mínimo possível, até porque a gente não vai queimar a palha da cana né, não vai queimar. A Lei, as questões ambientais prevêm a maioria dos Estados não quer até 2020, parece que ninguém vai poder queimar a palha da cana na colheita. (Entrevista com Elânio Pereira da Silva).

As operações previstas, inicialmente, para o ano de 2008, foram prorrogadas para 2009 e 2010. No mês de agosto de 2010¹⁰ ocorreu a primeira moagem, em fase de

¹⁰ Conforme Matéria publicado no Jornal Página 20 “Álcool Verde inicia produção de álcool combustível com desafio da sustentabilidade”. Disponível em: [HTTP://pagina20.uol.com.br/index2.php?option=com_content&task=v....](http://pagina20.uol.com.br/index2.php?option=com_content&task=v....) Acesso em: 24/08/2010.

teste¹¹, mas a produção de álcool combustível iniciou-se somente em 29 de maio de 2011. A produção do ano anterior, em caráter experimental, foi de 1,3 milhões de litros de álcool, o que representou 10% da demanda do estado do Acre. Já para o presente ano a perspectiva é que a produção seja de cerca de 5 milhões de litros o que representa mais de 40% do consumo estadual. Em 2012 a meta da usina será produzir entre 20 a 25 milhões de litros de álcool fato que garante o abastecimento local e para estados vizinhos¹².

A reportagem citada informa que mesmo com o início da produção ainda não ocorreu redução do preço do álcool combustível nos postos, fato esperado com euforia com a maior oferta do produto e a redução dos custos com o frete. Resta saber se o Cartel do combustível na capital acreana permitirá uma redução de preços ao consumidor, pois segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)¹³ há uma variação significativa dos preços do etanol (período de 09/10 a 15/10/2011) praticados no estado do Acre, além de liderarem o ranking no país. Em Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do estado e distante 600 km da capital, o preço pesquisado foi de R\$ 2,93, em Rio Branco o preço mínimo foi de R\$ 2,35 e o máximo R\$ 2,69 e em Sena Madureira, respectivamente, R\$ 2,48 e R\$ 2,49; a cidade está distante 144 km da capital e é a terceira maior do estado.

O funcionamento da Álcool Verde não ocorreu no tempo previsto, devido a necessidade de cumprir as questões legais, pois os estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) realizados foram questionados pelo Ministério Público Estadual e, posteriormente, pelo Ministério Público Federal, havendo a necessidade da realização de novos estudos mais aprofundado, bem como a usina teve de assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

¹¹ Fato divulgado pela mídia local como histórico para a economia do estado do Acre. "Participaram da cerimônia na Álcool Verde, [o então governador do estado do Acre Binho Marques] além de secretários de Estado, o presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Pedro Ranzi; o prefeito de Rio Branco e presidente da Associação dos Municípios do Acre (Amac), Raimundo Angelim; os prefeitos de Capixaba (Joais Santos), Plácido de Castro (Paulinho Almeida), Xapuri (Bira Vasconcelos) e Eptaciolândia (José Ronaldo); o presidente da Federação das Indústrias do Acre, João Francisco Salomão; o presidente da Federação de Agricultura, Assuero Veronez; funcionários e trabalhadores da usina." MORENA, Mariama. Álcool Verde entra em operação e consolida crescimento industrial do Acre. **Agência de Notícias do Acre**. Disponível em: <

http://www.agencia.ac.gov.br/index.php?Itemid=290&id=13663&option=com_content&task=view>. Acesso em: 17/10/11

¹² VITOR, Tião. Álcool Verde inicia produção comercial. **Página 20**. Acesso em: <pagina20.uol.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=23004>. Acesso em: 11/10/2011.

¹³ <http://www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo_Por_Estado_Municipio.asp> Acesso em: 11/10/2011.

Conforme o TAC (assinado em 15 de abril de 2009) a Álcool Verde deverá cumprir, entre outras, as seguintes obrigações: não utilizará de fogo em qualquer etapa da cana-de-açúcar, nem adquirirá essa matéria-prima de produtores que empregarem o uso do fogo; realizará plantações de cana em áreas preferencialmente utilizadas por pastos, não suprimirá mata nativa para o cultivo desta lavoura, bem como não adquirirá matéria-prima de produtores que tenham suprimido vegetação nativa para seu cultivo; só poderá arrendar terras em áreas devidamente licenciadas pelos órgãos competentes; fará acompanhamento, enquanto vigorar a outorga, de uso da água recebida, da dinâmica dos igarapés e rios utilizados como fontes hídricas do empreendimento, identificando os impactos negativos gerados, tanto no que tange à vazão e ao volume de água, quanto no que diz respeito à contaminação por produtos utilizados na produção e processamento da cana-de-açúcar e do álcool; comprometer-se-á a realizar estudo sobre os lençóis freáticos existentes na área de o entorno da usina e priorizará a adução hídrica de poços, a fim de diminuir sua demanda por água proveniente de rios e igarapés; comprometerá, devido ao aprimoramento industrial, a reduzir em 10% nos próximos 10 anos o uso de água no processo produtivo; comprometerá a cessar imediatamente a adução de água de rios e igarapés para o empreendimento se ocorrer redução de volume desses recursos que comprometa o consumo doméstico da população local; deverá acompanhar a preservação e manutenção de áreas de preservação permanente em terras arrendadas, bem como monitorar os impactos causados no solo devido o uso de vinhaça; deverá realizar a plantação de cana-de-açúcar em rotação com outros gêneros alimentícios¹⁴, evitando o regime de monocultura, privilegiando a parceria com pequenos produtores locais.

Já com o início da produção, a Álcool Verde tem projeto de expansão do plantio de cana-de-açúcar na região. Conforme reportagem eufórica do Jornal Pagina 20, do dia 16 de setembro de 2011, começa-se a conquista de “um acordo favorável ao aumento expressivo das áreas de plantio de cana-de-açúcar”. Informa que de acordo com os responsáveis pela empresa, os contratos são de dois mil ha, “e isso demonstra que o plano de expansão da indústria (sic) segue em ritmo acelerado [...]. A expansão da indústria (sic, já que refere-se a agroindústria) e a conquista por mais áreas para o plantio da cana-de-açúcar consolidam a produção de álcool no Acre e a produção de açúcar [meta da usina para médio prazo]”. Ainda com toda a euforia da propaganda, afirma que “Isso permitirá um avanço no setor industrial local, bem como emprego e renda para a região”¹⁵.

¹⁴ Esta parceria indicada para a produção de gêneros alimentícios busca articular com produtores familiares de dois projetos de assentamento na área da antiga Alcolbrás, onde foram assentadas 665 famílias.

¹⁵ ÁLCOOL Verde conquista acordo para expansão de plantio da cana. Acesso em: <pagina20.uol.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=24516>. Acesso em: 17/10/2011.

Tendo em vista as ações para a instalação dos canaviais e reestruturação da unidade agroindustrial apresentadas, procuramos entender as relações de trabalho estabelecidas pela empresa nas atividades laborais para a manutenção das áreas plantadas. Assim, o cultivo dos canaviais contou com a contratação de até 400 trabalhadores, que foram empregados principalmente no preparo da terra, na plantação de mudas. No ano de 2009 a empresa tinha 68 funcionários. Segundo Arruda (técnico da Álcool Verde em entrevista), as funções desses trabalhadores eram: “[...]4 motoristas, temos 2 tratoristas, 1 encarregado de oficina, tem eu, tem o chefe da carteira agrícola, tem uma pessoa do financeiro, tem uma recepcionista, temos 8 vigilantes e o resto é trabalhador rural, manutenção do canavial”. Com o início da produção em escala comercial, Luis Monte (gerente Industrial e Corporativo do Grupo Farias), em reportagem no Jornal Página 20 (Nota 11), afirma que a empresa em 2011 gera em torno de 800 empregos diretos, tendo perspectiva de mais 120 postos de trabalho com a fase agroindustrial.

Os trabalhadores empregados eram na maioria do município de Senador Guiomard, mas também do próprio município de Capixaba, inclusive assentados dos projetos de reforma agrária vizinhos a usina, Projeto de Assentamento Alcobrás e Projeto de Assentamento Zaqueu Machado.

Durante visitas à campo foram entrevistados trabalhadores vinculados a manutenção dos canaviais, o que nos permitiu caracterizar a dinâmica diária no processo de trabalho. Tais trabalhadores têm uma rotina diária de 8 horas de trabalho, chegando no campo às 07:00 com jornada até às 16:00 horas, incluindo intervalo de almoço. Fazem no campo duas refeições: o café da manhã e o almoço que trazem de casa (Foto 1).

Os que trabalhavam no município de Senador Guiomard contavam com o transporte fornecido pela empresa, já os que moram no assentamento vizinho a Álcool Verde deslocam por conta própria, de moto, de bicicleta. Esses trabalhadores em suas práticas laborais enfrentam as condições climáticas amazônicas, que tornam suas atividades no canavial ainda mais difíceis com as barreiras da cana, apesar do uso dos equipamentos de proteção (bota, caneleira, mangote, luvas, boné, óculos). Além do roçado na limpeza do canavial, alguns trabalhadores, como os tratoristas, atuam na aplicação de agrotóxicos nos canaviais, bem como há os trabalhadores que atuam nas colheitadeiras, já que a colheita está ocorrendo de forma mecanizada (Foto 02) e onde não for possível o acesso das colheitadeiras, será utilizada mão-de-obra de mais ou menos 180 trabalhadores.



Foto 1: Trabalhadores no local de trabalho, no momento do almoço.
Fonte: Autor, 10/07/09.



Foto 2: Colheita mecanizada na Destilaria Álcool Verde, AC.
Fonte: Autor, 30/06/11.

O salário base é de um Salário Mínimo e quando necessário há incremento de horas extras. Os trabalhadores entrevistados não estavam vinculados a nenhum sindicato, bem como na maioria não conhecem a importância da atuação sindical

como elemento de organização e de luta para suas práticas. Identifica-se que estão atrelados à própria relação de dependência junto a empresa, forma de manter seus empregos, bem como, esperançosos em mudar de função, “sair do canavial” e ir para um posto melhor na agroindústria.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A análise apresentada toma como base o entendimento da inserção da Amazônia frente à problemática de sua inserção no processo de geração de combustíveis/energias (da política energética nacional), que apesar do recorte do agrocombustível da cana-de-açúcar no estado do Acre, também são evidentes os processos e dinâmicas alicerçados na expansão da construção de usinas hidroelétricas, como as já citadas na porção Sul-Occidental da Amazônia brasileira, no estado de Rondônia.

O tema permite refletir sobre a ação do capital do setor dos agrocombustíveis buscando formas de reprodução na Amazônia Sul-Occidental Acreana tendo como justificativa a necessidade do barateamento do preço do álcool no estado e na região, bem como usando terras destinadas à agropecuária como elemento contribuinte para o discurso de sustentabilidade.

Todavia, mesmo com os acordos formais para a preservação dos recursos naturais como formas de gestão que reduzam os impactos no uso da água, além da perspectiva da mecanização da colheita eliminar o uso do fogo, identifica-se a ação do capital nas melhores terras (tanto em termos de fertilidade como em condições favoráveis de relevo) em prol da monocultura da cana-de-açúcar.

Outro ponto importante é o papel do Estado, em suas várias instâncias, fomentando a atuação do capital de modo mais intenso no estado do Acre. Apesar do discurso da sustentabilidade, da necessidade de fontes alternativas de combustíveis, o que esse processo demonstra é o Estado intermediando e criando condições para propiciar o desenvolvimento de relações capitalistas, seja no campo, seja na cidade.

Elemento também elogiado é que a mecanização será uma alternativa de substituição ao tradicional trabalhador empregado no corte da cana-de-açúcar, pois como não será admitido o uso do fogo, a tecnificação será a saída, sendo o trabalho manual empregado no plantio e manutenção das áreas cultivadas. Assim, a análise do sistema de metabolismo do capital, sua dinâmica no espaço-tempo e sua investida no mundo do trabalho e na natureza, podem ser vistas na escala local por meio dos processos contraditórios no território. Até que ponto isto permite revelar as ideologias e símbolos do desenvolvimento sustentável na ação do governo da Floresta no estado do Acre, tendo como base uma série de ações que possibilitam o fortalecimento das forças produtivas e suas formas de controle

sobre o trabalho, tanto o urbano, como de camponeses de projeto de reforma agrária, são pontos importantes para nossa reflexão.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Roberto Nunes de. Agronegócio canavieiro: entre ideologia e a exploração do trabalho no Mato Grosso do Sul. In: THOMAZ JUNIOR, Antonio; JUNIOR, Luzimar Barreto França (Orgs.). Geografia e Trabalho no século XXI. Presidente Prudente: Centelha, 2009.

BRUNO, Regina. Agronegócio e novos modos de conflitualidade. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.) Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 83-106.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.) Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112.

DOMINGUEZ, Federico Sulroca. Las amenazas globales. 2010 (Mimeografado)

CHESNAIS, François. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). Globalização e socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. El estado mundial de la agricultura y la alimentación. Biocombustibles: perspectivas, riesgos y oportunidades. Roma, Itália: FAO, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Soberania alimentar como território. (Mimeografado)

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. [Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim]. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). Globalização e socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho. Presidente Prudente: [S.n], 2009. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, UNESP, Presidente Prudente, 2009.

_____. Dinâmica territorial de expansão do negócio-agro-sucro-energético no Brasil consubstanciada nas ações do Estado "parceiro". In: THOMAZ JUNIOR, Antonio; FRANÇA JUNIOR, Luzimar Barreto (Orgs.). Geografia e Trabalho no século XXI: Presidente Prudente: Centelha, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p.113-156, jul/dez. 2003.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As "novas" estratégias para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. Presidente Prudente. Revista Pegada. V. 9, n.1. p. 103-123. jun. 2008.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane; FABRINI, João (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos. Presidente Prudente: [S.n], 2009a. Volumes I e II. Tese de Livre Docência, UNESP, Presidente Prudente, 2009a.

_____. Desafios teóricos para a Geografia do trabalho no século XXI. In: THOMAZ JUNIOR, Antonio; FRANÇA Junior, Luzimar Barreto. (Orgs.). Geografia e Trabalho no século XXI. Presidente Prudente: Centelha, 2009b.

_____. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar no Brasil. In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária "Jornada Orlando Valverde", SINGA 2007. Londrina, PR, UEL, 2007.

_____. Não há nada sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). Presidente Prudente. Revista Pegada. V. 8, n. 2, p. 5-25, dez. 2007.

_____. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. Presidente Prudente. Revista Pegada. V. 7. n. 2. p. 103-122, nov. 2006.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por trás dos canaviais, os nós da cana. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

Contato com o autor: bairral@hotmail; thomazjrgeo@terra.com.br

Recebido em: 08/03/2012

Aprovado em: 25/06/2012